

Isaura Cleide L. de Omena
OAB 4.172



Nara Lúcia Trevisan Gandolfo
OAB 6.535/B

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: (nome) MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA ⁹⁹¹⁵⁻⁸⁴⁵³ tel: 96983855,
brasileiro(a), (estado civil) DIVORCIADA, (profissão) AGRICULTORA,
portador da carteira de identidade nº. 1714763 SENS / AL e do CPF nº. 332.809.325-72, residente e
domiciliado na (Rua/Av.) RUA JOSE LUIZ MENEZES, 79,
(bairro) NOVO HORIZONTE, (cidade) BATAICHA, CEP: 57.420-000,
no estado de Alagoas.

OUTORGADA: OG – OMENA & GANDOLFO CONSULTORIA JURÍDICA, inscrita na Receita Federal do Brasil sob o CNPJ 16.985.927/0001-68, com sede na Rua Mizaél Domingues, 84 – Centro, Maceió (AL), CEP 57020-600, telefone (82) 3221-4770, neste ato representada pelas suas Sócias Administradoras **NARA LÚCIA TREVISAN GANDOLFO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/AL sob o nº. 6.535/B, CPF nº. 434.773.130-20, telefone (82) 8835-9714 e **ISAURA CLEIDE LAURINDO DE OMENA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/AL sob nº. 4.172, CPF nº. 644.689.174-15, telefone (82) 9999-4823.

PODERES

Pelo presente instrumento de procuração, e na melhor forma de direito, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui suas Advogadas e Procuradoras as **OUTORGADAS** a quem conferem amplos, gerais e ilimitados poderes para que possa(m), em conjunto ou separadamente, em nome do **OUTORGANTE** representá-lo(a), como se presente fosse, no foro em geral, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública ou privada, instituições bancárias e Caixa Econômica Federal; propor quaisquer ações, defender nas que forem propostas e promover quaisquer medidas preliminares, preventivas ou assecuratórias dos seus direitos e interesses, requerer tudo o que for de direito permitido, delegando os poderes contidos na cláusula "ad-judicia" e "extra-judicia", e mais os especiais para transigir, confessar, renunciar, desistir, firmar compromissos, receber e dar quitação e substabelecer esta a quem lhes(s) convier, praticar, enfim, quaisquer outros atos por mais especiais que sejam, o que dará(ão) por firme e valioso a bem deste mandato.

Maceió (AL), 20 de ABRIL de 2018.

OUTORGANTE

Maria Rosineide Soares Pereira

SUBSTABELECIMENTO

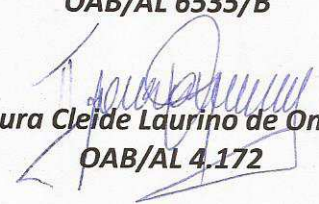
Substabeleço com reserva de poderes o **Dr. SAULO VASCO DE FARIAS SILVA**, advogado, inscrito na OAB/AL nº 13.249, com escritório situado Rua Mizael Domingues, nº 84, Centro, Maceió/AL, CEP.: 57.020-600, os poderes a mim conferidos por **MARIA ROSINEIDE SOARES PERERIA**, podendo assim representá-la judicialmente e extrajudicialmente para fins de indenização do seguro DPVAT.

Outrossim, **REVOGO** o substabelecimento anteriormente outorgado ao advogado **João Victor Cavalcante Omena**, OAB/AL 10.547, uma vez que não mais integra o escritório de advocacia que patrocina a presente demanda, razão pela qual requer a sua **desabilitação nos autos.**

Por fim, requer que todas as intimações sejam publicadas em nome dos advogados **Saulo Vasco de Farias Silva, OAB/AL 13.249; Nara Lúcia Trevisan Gandolfo, OAB/AL 6535/B e Isaura Cleide Laurino de Omena, OAB/AL 4.172, sob pena de nulidade.**

Maceió-AL, 11 de setembro de 2018.

Nara Lúcia Trevisan Gandolfo
OAB/AL 6535/B



Isaura Cleide Laurino de Omena
OAB/AL 4.172

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA, brasileira, maior, casada, portadora do RG nº 1714763 SEDS/AL, inscrita no CPF/MF sob o nº 332.809.325-72, residente domiciliada na Rua José Luiz Melo, nº 79, Novo Horizonte, Batalha, CEP: 57.420-000, declara nos termos do art. 98 e ss do NCPC, para obter o benefício da Assistência Judiciária Gratuita, que é pobre na acepção legal do termo, não dispondo de recursos financeiros para o pagamento das custas, despesas processuais e perito, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Maceió/AL, 20 de abril de 2018.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
CENTRO DE PERÍCIAS FORENSES
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL MARIO PEDRO DOS SANTOS

Polgareiro Direto

Maria Rosineide Soares Pereira
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1714763

DATA DE EMISSÃO 26/10/2011

NOME MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA

FILIAÇÃO

BERENICE SOARES NUNES

NATURALIDADE

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL

DOC. ORIGEM

CERTD CAS 160 FLS 51 LIV B3

JARAMATAIA - AL

CPF

332.809.325-72

2 VIA

MARIA MADALENA CARDOSO DA SILVA
DIRETORA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

DATA DE NASCIMENTO 12/07/1965

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CPF - Comprovante de Inscrição



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

332.809.325-72

Nome

MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA

Nascimento

12/07/1965

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE

B828.65D9.4D18.25ED

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 09:31:13 do dia 26/09/2011 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

Av. Fernandes Lima, nº 3349 - Grutas de Lourdes - CEP: 57057-900
MACEIÓ/AL - CNPJ: 12.272.084/0001-00 - IE: 24007177-8

Nº da Nota Fiscal 000891691

REGIME ESPECIAL DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELA SEC. DA FAZENDA
NF/FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA/SERVIÇO SÉRIE U Nº

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JULHO/2016	08/08/2016	142	96,04

MARIA ROSINEIDE SOARES NUNES
R JOSE LUIZ MELO 79 NOVO HORIZONTE

57.420-000 - BATALHA

ROT: 019.10.002.000156

DADOS DA LEITURA		DADOS DA LEITURA	
Atual:	415	Atual:	26/07/2016
Anterior:	293	Anterior:	23/06/2016
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	25/08/2016
Consumo Medido:	142	Emissão:	26/07/2016
Consumo Faturado:	142	Apresentação:	26/07/2016
Forma de Faturamento:	NORMAL	Fator de Potência:	
		Dias de Consumo:	33

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	E2377245		1.1.1.1	146

HISTÓRICO kWh		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo			
JUN/16	135	CONSUMO	142 kWh a R\$ 0,564190 = 80,11
MAI/16	157	CONTRIB. DE ILUMINACAO PUBLICA (COSIP)	15,93
ABR/16	0	FECOEP =	0,27
MAR/16	0		
FEV/16	0		
JAN/16	0		
DEZ/15	0		
NOV/15	0		
OUT/15	0		
SET/15	0		
AGO/15	0		
JUL/15	0		

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO
EM CASO DE SINTOMAS DA DENGUE, CHIKUNGUNYA OU ZIKA, DIRIJA-SE AO
SUS
LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 5 10 15 20 25 30

RESERVADO AO FISCO 35AA.1615.9360.DC66.B74A.5D68.6BCD.D6B7

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	19,12	Base de Cálculo:	80,11
Energia:	29,79	Alíquota ICMS:	17,00%
Transmissão:	1,85	Valor do ICMS:	13,61
Encargos:	11,61	Valor do PIS:	0,92%
Tributos:	17,74	Valor do COFINS:	4,25%
			3,40

INDICADORES DE CONTINUIDADE								
	DIC			FIC			DMIC	DICRI
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal
Limite	5,67	11,34	22,69	3,42	6,85	13,70	3,29	
Realizado	0,00			0,00			0,00	
Conjunto	SE JACARE DOS HOM						Período de apuração: 05/2016	EUSD: 35,60

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

Nº **011983253370**

DETRAN - AL
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: **01** Cód. RENAVAM: **00902506234** R.N.T.R.C.: **2015** EXERCÍCIO: **2015**

NOME: **JOSE CICERO BARBOSA DA SILVA**

CPF / CNPJ: **77628179487** PLACA: **KHJ1739**

PLACA ANT. / UF: **KHJ1739 AL** CHASSI: **9C2KC08107R027500**

ESPÉCIE TIPO: **PAS/MOTOCICLO/NAO APLIC** COMBUSTÍVEL: **GASOLINA**

MARCA / MODELO: **HONDA/CG 150 TITAN KS** ANO FAB: **2006** ANO MOD: **2007**

CAP. / POT. / CIL: **2P/149CC** CATEGORIA: **PARTIC** COR PREDOMINANTE: **PRATA**

COTA ÚNICA: **I P V A** VENC. COTA ÚNICA: **EM** VENC. / COTAS: **1º **/**/**** 2º **/**/**** 3º **/**/******

FAIXA I.P.V.A.: ********* PARCELAMENTO / COTAS: *********

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$): **286,75** IOF (R\$): **1,11** PRÊMIO TOTAL (R\$): **292,01** DATA DE PAGAMENTO: **22/04/15**

OBSERVAÇÕES: **SEM RESERVA DE DOMÍNIO**

LOCAL: **BATALHA - AL** DATA: **22/04/2015**

3078 **ANTONIO CARLOS GONCALVES** **BFF7**
GOVERNADOR PRESIDENTE

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

AL Nº **011983253370** **BILHETE DE SEGURO DPVAT**

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO: **2015** DATA EMISSÃO: **23/04/2015**

CPF / CNPJ: **77628179487** PLACA: **KHJ1739**

RENAVAM: **00902506234** MARCA / MODELO: **HONDA/CG 150 TITAN KS**

ANO FAB: **2006** CIL. / TARE: **9** CHASSI: **9C2KC08107R027500**

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)	DENATRAN (R\$)	CUSTO DO SEGURO (R\$)
129,04	14,34	143,37
CUSTO DO BILHETE (R\$)	IOF (R\$)	TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)
4,15	1,11	292,01
PAGAMENTO	DATA DE QUITAÇÃO	
<input checked="" type="checkbox"/> COTA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO	22/04/15	

SEGURODORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 08.248.420/0001-04
www.segurodoralider.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SAULO VASCO DE FARIAS SILVA e www2.tj.al.jus.br, protocolado em 29/09/2018 às 18:44, sob o número 07003505620188020204. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tj.al.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0700350-56.2018.8.02.0204 e código 2D46A60.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
MINISTÉRIO DAS CIDADES		
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO		
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		
<p>VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS</p> <p>1101237950</p>	<p>NOME</p> <p>JOSE CICERO BARBOSA DA SILVA</p>	
	<p>DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF</p> <p>1176987 SSP AL</p>	
	<p>CPF</p> <p>776.281.794-87</p>	<p>DATA NASCIMENTO</p> <p>20/04/1970</p>
	<p>FILIAÇÃO</p> <p>SEBASTIANA PEREIRA DE MELO</p>	
	<p>PERMISSÃO</p> <p>000000000000000000</p>	<p>ACC</p> <p>0000000000</p>
<p>Nº REGISTRO</p> <p>1101237950</p>		<p>VALIDADE</p> <p>12/07/2015</p>
<p>OBSERVAÇÕES</p>		
<p>ASSINATURA DO TITULAR</p> <p>JOSE CICERO B. DA SILVA</p>		
<p>LOCAL</p> <p>MACETÓ, ALAGOAS</p>		<p>DATA EMISSÃO</p> <p>16/07/2015</p>
<p>ASSINATURA DO PRESIDENTE</p> <p>Antonio Carlos Correia</p>		<p>70566897154</p>
<p>ASSINATURA DO EMISSOR</p> <p>AL016573552</p>		
<p>DETRAN - ALAGOAS</p>		



GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA CAPITAL - MACEIÓ - AL



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 005717/2018

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 20/09/2018 08:43 Data/Hora Fim: 20/09/2018 09:09
Origem: Data: 20/09/2018
Delegado de Polícia: Sheila Carvalho Dantas

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: 3ª Delegacia Regional de Polícia - Batalha

Data/Hora do Fato: 06/10/2015 18:30

Local do Fato

Município: Batalha (AL)
Logradouro: RODOVIA 220

Bairro: ZONA RURAL

Ponto de Referência: PRÓXIMO A PONTE DO RIO IPANEMA
Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Maceió - AL

Nome Civil: MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA (VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: AL - Batalha Sexo: Feminino Nasc: 12/07/1965
Profissão: Agricultor Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto
Estado Civil: Divorciado(a)
Nome da Mãe: Berenice Soares Nunes Nome do Pai: Não Declarado

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 332.809.325-72
RG - Carteira de Identidade: 1714763

Endereço

Município: Batalha - AL
Logradouro: RUA JOSÉ LUIZ MELO Nº: 79
Bairro: NOVO HORIZONTE CEP: 57.420-000
Telefone: (82) 99698-3855 (Celular)

Nome Civil: SAULO VASCO DE FARIAS (COMUNICANTE, ADVOGADO)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: AL - Maceió Sexo: Masculino Nasc: 03/12/1982
Profissão: Advogado Escolaridade: Ensino Superior Completo
Estado Civil: Casado(a)
Nome da Mãe: Noeme Vasco de Farias Silva Nome do Pai: Geraldo Bizerra Silva

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 973.771.633-72



Delegado de Polícia Civil: Sheila Carvalho Dantas
Impresso por: Sílvia Eduardo Michel Maia Gomes
Data de Impressão: 20/09/2018 09:09
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Sistema de Procedimentos de Polícia

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 005717/2018

RG - Carteira de Identidade: 98029230773

Endereço

Município: Maceió - AL

Logradouro: Av Gen Luiz de F Albuquerque

Bairro: Jacarecica

Telefone: (82) 99992-3905 (Celular)

Nº: 249

CEP: 57.038-640

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
Placa KHJ1739	Número do Chassi *****27500
Ano/Modelo Fabricação 2007/2006	Cor Prata
UF Veículo Alagoas	Município Veículo Batalha
Marca/Modelo HONDA/CG 150 TITAN KS	Modelo HONDA/CG 150 TITAN KS
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1 Unidade
Situação Envolvido	
Nome Envolvido	Envolvimentos
Maria Rosineide Soares Pereira	Exibidor

Grupo Veículo	Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhon
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1 Unidade
Situação Envolvido	
Nome Envolvido	Envolvimentos
Desconhecido 1	Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

Compareceu a esta delegacia especializada o Advogado Saulo Vasco de Farias, OAB 13249/AL, nesse ato representando a vítima, já acima qualificada. Disse que: a vítima vinha de carona em uma moto de placa KHJ1739/AL, licenciado em nome de José Cicero Barbosa da Silva CPF 77628179487, sendo conduzido pelo mesmo, que trafegando pela Rodovia AL 220, que nas proximidades da Ponte sobre o Rio Ipanema, teve a passagem da moto obstruída por um veículo de placa não anotada, que o condutor da moto perde o controle da mesma e cai ao solo, juntamente com a vítima, que sofreu lesões corporais. Foi socorrida por terceiros e conduzida a Unidade de Emergência do Agreste.

ASSINATURAS



Silvio Eduardo Michel Maia Gomes
Responsável pelo Atendimento

Saulo Vasco de Farias
(Comunicante / Advogado)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Delegado de Polícia Civil: Sheila Carvalho Dantas
Impresso por: Silvio Eduardo Michel Maia Gomes
Data de Impressão: 20/09/2018 09:09
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Sistema de Procedimentos de Polícia

MS/DATASUS

UNIDADE DE EMERGENCIA DO AGRESTE

No. DO BE: 473133

DATA: 06/10/2015

HORA: 21:32

SETOR: 03 - OBSERVACAO PEDIATRICA II

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME: MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA

IDADE: 50 ANOS

SEXO: FEMININO

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

Codigo

Descricao

6301010048 - CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

06/10/15

ortopedia

Vitima queda de moto, evoleu do can. febre, fechada de ossos de antebraço @. Neurologia prescrito.

HD: Fratura ossos antebraço @

CD: ORx + controle

② Redução + tala gesso de axila para

③ Dipirona 1g EV + AD 22/10

④ tilatyl 10mg 22/10

⑤ Benemidol 500mg IM

⑥ Continuação uso de analgésicos

⑦ Alta da ortopedia

⑧ Seguir no hospital



SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE
UNIDADE DE EMERGENCIA DO AGRESTE
A vista do original apresentado
AUTENTICO a presente cópia, na
forma do Art. 5º, inciso do Decreto
Nº 83938/79
Arapiraca/AL 10/11/2015

Serviço de Arquivo Médico e Estatística

Dr. Daniel Oliveira
Médico Ortopedista
CRM 12.120/2015

SIGNATURA E CARIMBO DO MEDICO



SESAU – Secretaria de Estado da Saúde
Hospital de Emergência Dr. DANIEL HOULY

RECEITUÁRIO

Maria Rosimilde S. Pereira

1x ————— uso oral

① Liseder ————— 01cx
tomar 01cx 6/6h x dor

② Alginec ————— 01cx
tomar 01cx 12/12h por
05 dias

obs: Fazer acompanhamento
de pressão de ossos de
antebraço @ um H. Chama

06.10.15

DATA

Dr. Maxwell Oliveira
Ortopedia e Traumatologia
CRM/AL 5926

ASSINATURA E CARIMBO

Rodovia AI 220, KM 05, S/N – Bairro Senador Arnon de Melo – Arapiraca-AL – Telefone (82)-3539-8634


ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

 MANTENEDORA DO HOSPITAL REGIONAL SANTA
RITA E MATERNIDADE SANTA OLÍMPIA

DESCRIÇÃO DE OPERAÇÃO

Diagnóstico pré-operatório: _____

Condições do paciente antes da operação: _____

 Operação realizada: _____ Data: 28/11/15

 Cirurgião: Tenório

Auxiliar(es): _____

Anestesista: _____ Anestesia: _____

Nome, Registro, Quarto

 Diagnóstico operatório: Fratura do osso do antebraço

 Descrição da operação: (E)

- 1) PUT em DDA sob anestesia
- 2) ATISSE PLUS + Gipsos - Curativo
- 3) Início de lavagem e drenagem
- 4) Abertura por flanco
- 5) Retirada das fraturas
- 6) Fixação de placa - DP 35
- 7) Retirada dos gipsos
- 8) Curativo

 Tenório de Almeida Pereira Filho
 Cirurgião
 CRM 4119



Nome do Paciente: Maria Rosineide Soares Pereira Matrícula Nº 56246

Aptº N. _____ Enfermaria N. _____ Leito N. _____

DATA E HORA	EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM	ASSINATURA
36/11/15	10:30 cliente admitida na clínica cirúrgica chegou deambulando, responsiva, B.E.E. nega diabetes e alergia medicamentosa. e Hipertensa em uso de propranolol 1x. Afecção SSUO, vide gráficos. Aguarda cirurgia.	Luana de Santar Enfermeira COREN 205.189
	20h. Adm. med. de insulina.	
	21h. Adm. med. de insulina.	
	22h. Adm. med. de insulina.	
	02h. Adm. med. de insulina.	
15/11/15	12 adm. medicação prescrita aferindo sinais vitais e/PA 200x120 adm. medicação.	
	12:15 Aferindo sinais vitais PA 180x110 mmHg	
	18:19 Administrado medicação de horário	



HOSPITAL REGIONAL SANTA RITA E MATERNIDADE SANTA OLÍMPIA
PALMEIRA DOS ÍNDIOS

REGISTRO DE PACIENTES - INTERVISTAS

Paciente	Maria Rosineide Soares Pereira			Registro	562 462
Entrada	16-11-15	Idade	50 anos	Cor	M
Saída		Sexo	F	Profissão	Agricultora
Procedência		Endereço	Rua Peripitada, 73		
Queixa Principal					

História da Doença Atual

Vitória de Pereira
em 15/11/15
Bulhosa 4/15/15
Dr. Oseas R. A. B. B.

Antecedentes Familiares Pessoais

PM

Exame Físico

Exame
Inspeção
Dor 2/10

Diagnóstico

Farmas Dr. Oseas R.
Antibiótico (A)

Dr. Temístocles de Almeida

CRAMAL 6113

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SAULO VASCO DE FARIAS SILVA e www2.tjal.jus.br, protocolado em 29/09/2018 às 18:44, sob o número 07003505620188020294. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 07003505620188020294 e código 2D46A63.



Hospital Regional Santa Rita
Maternidade Santa Olímpia

FOLHA MÉDICA

Nome do Paciente: Maria Rosineide Soares

Matrícula Nº 5624

Aptº N. _____

Enfermaria N. _____

Leito N. _____

Diagnóstico: _____

DATA E HORA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	ASSINATURA
17/11	<p>ORTOPEDIA</p> <p>Paciente teve sua cirurgia suspensa devido a crise hipertensiva (190 x 140 mmHg) sera reiniciada medicação p/ analgesia condicão estável p/ cirurgia!</p> <p>1 - Dieta p/ HAS</p> <p>2 - Digoxina 0,5mg 12/12h</p> <p>3 - Digoxina 1mg + AD 12/12h</p> <p>4 - Furosemida 1mg + AD 12/12h</p> <p>5 - Captopril 25mg - 1q 12/12h</p> <p>6 - Diltiazem 10mg - 1q 12/12h</p> <p>7 - Paracetamol 1q 12/12h</p> <p>8 - Serr + Curc</p>	
	<p>① No zero - 1mg</p>	
18/11/15	<p>ORTOPEDIA</p> <p>① Dieta 280</p> <p>② SRL 1000ml 8 28L</p> <p>③ Digoxina 1mg 12/12h</p> <p>④ Furosemida 40mg 12/12h</p> <p>⑤ Diltiazem 10mg 12/12h</p> <p>⑥ Captopril 25mg 12/12h</p> <p>⑦ Paracetamol 1q 12/12h</p> <p>⑧ Cefazolin 1g 8/8</p> <p>⑨ Trans 1000ml 12/12h</p>	<p>20</p> <p>23</p> <p>24</p> <p>24</p> <p>24</p> <p>24</p> <p>24</p> <p>24</p> <p>24</p>

Diagnóstico:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SAULO VASCO DE FARIAS SILVA e www2.tjaj.us.br, sob o número 0700350-56.2018.8.02.0204. Para conferir o original, acesse o site <https://www2.tjaj.us.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0700350-56.2018.8.02.0204 e código 2D46A63.



Hospital Regional Santa Rita e Maternidade Santa Olímpia

Ficha de Internação

Registro: 562462 SPP....: 203979 Espec...: ORTOPEDIA

Paciente: MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA Quarto/Leito: 13 - 1 ENFERMARIA

Data de Internação: 16/11/2015 Hora Internação: 10:16

Convênio....: SUS Categoria....: SUS
Matricula....: 164777934590 Guia ou AIH.:
Procedimento: Dias Perman.: 1
Depósito/Caução: 0,00 Valor Pacote: 0,00

Dt.Nas.: 12/07/1965 Idade....: 50 anos 4 me Naturalid: PALMEIRA DOS INDIOS
Sexo....: FEMININO Est.Civil: CASADA Peso.....:
Gp.San.: X Fat.Rh.: X Internações Anteriores: 2
Conjuge: GENILSON PEREIRA LIMA Data ultima Internação:
Pai....: NAO CONSTA Mae: BERENICE SOARES NUNES
Raça....: MORENA

Tp.Logr: RUA Lograd.: RUA PROJETADA No.....: 73
Bairro.: Cidade.: BATALHA UF.....: AL
CEP....: 57420000 Telefon: 8296830172 Referenc:
Ocupaç.: AGRICULTORA Docume.: 1714763
Empresa: Tel.Com:

Responsável: Telefone Responsável:
Doc.Respons: Grau de Parentesco:

Médico.: HELLYCARLOS ALBUQUERQUE SANT CRM Médico: 5225

Diag.Inicial: _____ Código: _____ CID: _____

TERMO DE RESPONSABILIDADE

DECLARO QUE:

- 1 - Os dados acima registrados correspondem a expressao da verdade.
- 2 - Tomei conhecimento e concordo com as mesmas.
- 3 - Durante a internacao submeter-me-ei ao Regulamento do Hospital e as indicacoes medicas consideradas necessarias para o tratamento/esclarecimento do diagnostico.
- 4 - Ao receber alta do medico assistente, desocuparei a dependencia do Hospital, onde estiver internado o mais cedo possivel.

Palmeira dos Índios, 16/11/2015. Assinatura { } Paciente { } Responsavel

Ass. do Paciente ou Responsavel

Data....: 16/11/2015 Hora.....: «TIME» Usuário Resp Preenchimento: ANGELITA

16/11/15
LM



0562 4621



Associação Beneficente de Palmeira dos Índios

Hospital Regional Santa Rita e Maternidade Santa Olímpia

CNPJ: 12.509.238/0001-26 - Insc. Est.: 240.05933-6

FOLHA DE CIRURGIA

Paciente crenária Rosineide Soares Pereira Convênio SUS
 Prontuário 562462 Data 18/11/15 Leito Posto

TAXA DA SALA DE CIRURGIA

COD	ESPECIFICAÇÃO	QNT	INIC	TERM	COD	ESPECIFICAÇÃO	QNT	INIC
	Centro Cirúrgico		:	:				:
	Cirurgia Especial		:	:				:
	Parto Normal		:	:				:
	Parto Cesário		:	:				:
	Grande Cirurgia		:	:				:
	Média Cirurgia		:	:				:
	Pequena Cirurgia		:	:				:
	Fratura dos ossos do ante-braco "E"		:	:		Stellane 18-11-15		:
			:	:				:

MATERIAIS E MEDICAMENTOS UTILIZADOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANT.
	Água Destilada				Linho 2 - 0 S/A	
	Álcool Iodado				Linho 3 - 0 S/A	
	Algodão Hidrófilo				Linho 3 - 0 S/A	
	Amplacilina Injetável				Luva nº 07	
	Atropina Injetável				Luva nº 7.5	3
	Adrenalina				Luva nº 08	
	Cat Cromado 0 S/A				Marcaína Pesada	*
	Cat Cromado 2-0 C/A				Methergim	
	Cat Cromado 3-0 C/A				Monolynon 3-0	2
	Cat Simples 2-0 S/A				Monolynon 4-0	
	Cat Simples 3-0 S/A				Monolynon 5-0	
	Cat Simples 4-0 C/A				Plasil Injetável	
	Diempax				Prolene 2-0	
	Esparadrapo	10	cm		Prolene 3-0	
	Efortil				Prostigmine	
	Equipo. Parenteral				Quemicetina Injetável	
	Equipo. Micro-gotas				Soro Fisiológico	1
	Fio Tábua nº 30				Soro Glicosado	
	Fio Tábua nº 40				Sonda Foley nº 12	
	Fita Adesiva				Sonda Foley nº 14	
	Gazes	30	unid		Scalp nº 12	
	Lam. de Bisturi Nº 10				Scalp nº 21	1
	Lam. de Bisturi Nº 13				Scalp nº 23	
	Lam. de Bisturi Nº 21	1			Thionembutal	
	Linho 0 S/A				Urofix	

FOLHA DE CIRURGIA

MATERIAIS E MEDICAMENTOS UTILIZADOS

CÓD	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	CÓD	DESCRIÇÃO	QUANT
	Xilocaina Pesada					
	Xilocaina 1% S/Adr 20 me	1				
	Xilocaina 2% C/Adr					
	Seringa Desc. 03 ml 20 me	1				
	Seringa Desc. 05 ml					
	Seringa Desc. 10 ml					
	Katelar					
	Agulha Desc (25x7)					
	cloridina deg.	60	me			
	" alc	30	me			
	buva proe.	2	pares			
	Cefazolina	2	amp			
	água dent. 1.000 ml	1				
	atadura Crepom	2				
	10cm					
	algodão Ort.	50	grama			

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CÓD	DESCRIÇÃO	QUANT	INIC	TERM	CÓD	DESCRIÇÃO	QUANT	INIC	TERM
	Oxigênio Medical					Aspiração			
	Óxido Nitroso								
	Ar Comprimido								
	Aplic. de Injeção								
	Cauterização								
	Lavagem Intestinal								
	Drenagem de Tórax								

EQUIPE MÉDICA

EXECUTOR	ATO	CRM	NOME DO PROFISSIONAL
Cirurgião			Dr. Remington
1. Auxiliar			
2. Auxiliar			
Anestesista			Dr.
Clínico			
Instrumentadora			Rogério
			Edna gomes

OBSERVAÇÕES



NºRegistro: 38532

Nome: MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA

Sexo: F Idade: 50a 4m

Convênio: PARTICULAR

Solicit.: MEDICA

Data Atendimento: 11/11/2015

RAIOS X DO ANTEBRAÇO ESQUERDO

Fraturas com desvio dos fragmentos nas diáfises médias dos ossos do antebraço.

Espaços articulares preservados.

Controle com tala gessada.

Arapiraca, 11 de Novembro de 2015.

DR. FLAVIO JOSE M. REGO
CRM 4804

DRA. CECILIA BORGES DANTAS
CRM 5358

DR. TARCISIO R. DE ALMEIDA
CRM 2164

RUA FERNANDES LIMA, 312, CENTRO - ARAPIRACA - AL
FONE: (82) 3522-1688/2255/1443

**CENTRO HOSPITALAR MANOEL ANDRÉ**

RODOVIA AL 220 KM/2, BAIRRO SENADOR ARNON DE MELO
CEP: 57300-970 / FONE: (0**82) 3521-4781
ARAPIRACA - AL

**RECEITUÁRIO**

PACIENTE: *maria Rosineide Soares Pereira*

Exame do 16.11.15.

Segunda Feir.

07:00h.

Hospital Santa Rita

Dr. Hellycarlos.

DATA ____/____/____

ASSINATURA DO MÉDICO

DIA DO RETORNO ____/____/____

HORA ____:



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Batalha
Avenida Rotary, 205, São José - CEP 57420-000, Fone: 3531-1481, Batalha-AL - E-mail:
batalha@tjal.jus.br

Autos nº 0700350-56.2018.8.02.0204

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Maria Rosineide Soares Pereira

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

DESPACHO

Cuida-se de ação de cobrança de seguro obrigatório contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A., em que a autora alega de forma genérica e, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito que lhe incapacitou permanentemente.

A inicial está instruída comos documentos de fls.9/30.

Inicialmente, **defiro** os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, por não vislumbrar elementos indicativos de que a parte autora pode arcar com as custas e despesas decorrentes do processo, nos termos do art. 98, do Código de Processo Civil/2015.

Pois bem, o Supremo Tribunal Federal reconheceu, no julgamento de Recurso Extraordinário processado sob Repercussão Geral (CPC, art. 543-B, atual 1.036), a necessidade de prévio requerimento administrativo para configuração do interesse de agir, anotando que “a instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal.” (RE 631240/MG, rel. Min. LUÍS ROBERTO BARROSO).

E a extensão desta exigência também para as demandas envolvendo o seguro DPVAT restou esclarecida pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 824.712- MG (rel. Min. CÁRMEN LÚCIA).

Com efeito, através do presente julgado, ficaram estabelecidas algumas regras de transição para ações ajuizadas em período anterior a 03/09/2014. E para as ações ajuizadas a partir de 04/09/2014 reclama-se prévio requerimento administrativo.



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Batalha
Avenida Rotary, 205, São José - CEP 57420-000, Fone: 3531-1481, Batalha-AL - E-mail:
batalha@tjal.jus.br

Nesse sentido:

Seguro obrigatório. DPVAT. Acidente automobilístico. Cobrança de indenização. Extinção do processo sem julgamento de mérito. Interesse de agir. Exigência de prévio acionamento da seguradora. Matéria já decidida pelo STF, em recurso extraordinário com repercussão geral, reclamando prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível (RE 631.240, relator o Ministro Roberto Barroso). Regra de transição que não se aplica ao caso, eis que posterior a 03/09/2014. Extensão da orientação ao Seguro DPVAT (Ag. Reg. No RE 824.712, relatora a Ministra Carmen Lucia). Recurso improvido. Tendo em vista a oscilação jurisprudencial a respeito da necessidade de prévio requerimento administrativo, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 631.240, com repercussão geral, deliberou que não há interesse de agir antes de demonstração da necessidade de ir a juízo, anotando, porém, regra de transição para ações ajuizadas em período anterior a 03/09/2014. A partir de 04/09/2014 reclama-se prévio requerimento administrativo, aplicando-se ao seguro DPVAT por analogia (Ag. Reg. no Recurso Extraordinário 824.712). A ação restou ajuizada em dezembro de 2.014. (Apel. nº 1012050-07.2014.8.26.0566, Rel. Des. Kioitsi Chicuta, 32ª Câm. **J. 06/08/2015**).

Ou seja, a luz do STF a exigência de prévio requerimento administrativo, afina-se com as condições da ação, porquanto indispensável que se demonstre, mormente em tempos de abusiva reprodução de demandas, a efetiva necessidade de o autor vir a juízo.

À vista do exposto, intime-se o autor, por seu advogado, via Dje, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar que formalizou requerimento administrativo, bem como, em caso positivo, se houve negativa, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de interesse processual.

Juntada eventual manifestação, voltem-me conclusos na fila “concluso ato inicial”.



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Batalha
Avenida Rotary, 205, São José - CEP 57420-000, Fone: 3531-1481, Batalha-AL - E-mail:
batalha@tjal.jus.br

Expirado o prazo, sem qualquer pronunciamento, certifique-se o resultado e coloquem-se os autos na fila “concluso ato inicial”.

Batalha (AL), segunda-feira, 01 de outubro de 2018.

Amine Mafra Chukr Conrado
Juíza de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0343/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Saulo Vasco de Farias Silva (OAB 13249/AL)	D.J
Nara Lúcia Trevisan Gandolfo (OAB 6535B/AL)	D.J
Isaura Cleide Laurino de Omena (OAB 4172/AL)	D.J

Teor do ato: "À vista do exposto, intime-se o autor, por seu advogado, via Dje, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar que formalizou requerimento administrativo, bem como, em caso positivo, se houve negativa, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de interesse processual. Juntada eventual manifestação, voltem-me conclusos na fila "concluso ato inicial". Expirado o prazo, sem qualquer pronunciamento, certifique-se o resultado e coloquem-se os autos na fila "concluso ato inicial"."

Batalha, 1 de outubro de 2018.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0343/2018, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 03/10/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 05/10/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
12/10/2018 - N.Sra. Aparecida - Padroeira do Brasil - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Saulo Vasco de Farias Silva (OAB 13249/AL)	15	26/10/2018
Nara Lúcia Trevisan Gandolfo (OAB 6535B/AL)	15	26/10/2018
Isaura Cleide Laurino de Omena (OAB 4172/AL)	15	26/10/2018

Teor do ato: "À vista do exposto, intime-se o autor, por seu advogado, via Dje, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar que formalizou requerimento administrativo, bem como, em caso positivo, se houve negativa, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de interesse processual. Juntada eventual manifestação, voltem-me conclusos na fila "concluso ato inicial". Expirado o prazo, sem qualquer pronunciamento, certifique-se o resultado e coloquem-se os autos na fila "concluso ato inicial"."

Batalha, 3 de outubro de 2018.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE VARA
ÚNICA DA CIDADE DE BATALHA/AL

Autora: MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA

Réu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

Processo nº 0700350-56.2018.8.02.0204

MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por meio de seu advogado devidamente constituído, vem requerer a juntada do protocolo de requerimento administrativo de nº 477761 datado de 05/10/2018 junto à Ré e sinistro nº 318470883.

Outrossim, requer o sobrestamento do feito pelo prazo de 90 dias, a fim de informar este Douto Juízo acerca do resultado do referido requerimento.

Nestes termos

Pede deferimento.

Maceió/AL, 17 de outubro de 2018.

Saulo Vasco de Farias

OAB/AL 13.249



Natureza: NOVO

Documentação Entregue em: 05/10/2018

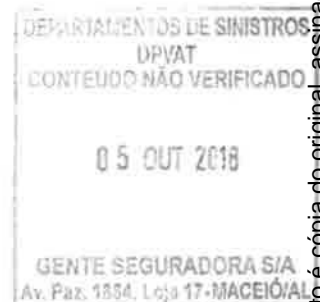
entregue: Saulo

Recebido por: JOÃO LUIZ

MARIA ROSINEIDE SPARES PEREIRA

Saulo Vasco de Jesus Silva

Assinatura



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0367551/18

Vítima: MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA

CPF: 332.809.325-72

Seguradora: ARUANA SEGURADORA S/A

Data do acidente: 06/10/2015

Titular do CPF: MARIA ROSINEIDE
SOARES PEREIRA

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

SAULO VASCO DE FARIAS SILVA MOURA : 973.771.633-72

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA : 332.809.325-72

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

*Sinistro; 31844 0883
Próximo; 477761*

OK



ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 05/10/2018
Nome: SAULO VASCO DE FARIAS SILVA MOURA
CPF: 973.771.633-72

SAULO VASCO DE FARIAS SILVA MOURA



Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 05/10/2018
Nome: JOAO LUIZ ALVES PINTO DE OLIVEIRA
CPF: 091.128.924-08

JOAO LUIZ ALVES PINTO DE OLIVEIRA

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA

CPF da Vítima

332.809.325-72

Data do Acidente

06/10/2018

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

E-mail

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA, 04 de outubro de 2018

Local e Data

Maria Rosineide Soares Nunes

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DOCUMENTOS DE SINISTRO
DPVAT
NÃO VERIFICADO
03 OUT 2018

GENTE SEGURADORA S.A.
AV. PIAUI, 605 - JARDIM MARCELO
CAMPUS - FORTALEZA - CE

SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAL
Inçon Balbino de Melo (Substituto)

Bel. Hildebrando Belmonte de Melo - Notário
Bel. Franciane Helion Lopes Melo - Substituto

Em Teste ou Verificação

Bel. Hildebrando Belmonte de Melo - Notário
Bel. Franciane Helion Lopes Melo - Substituto

04 OUT 2018

SCARES NUNES

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário com 16 ou 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

Nome completo da vítima

332.809.325-72

MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA		CPF titular da conta 332.809.325-72	Profissão AGRICULTORA
Endereço RUA JOSE LUIZ MELO		Número 79	Complemento
Bairro NOVO HORIZONTE	Cidade BATULHA	Estado ALAGOAS	CEP 57.420-000
Email		Telefone (DDD) 82 99698-3855	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

<input checked="" type="checkbox"/> RECURSO INFORMAR <input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00		<input type="checkbox"/> SEM RENDA <input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00		<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00 <input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00		<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00 <input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00	
<input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)				<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)			
AGÊNCIA NRO. 3209 (Informar dígito se existir)		D/V CONTA NRO. 1013 (Informar dígito se existir)		D/V BANCO Nome AGÊNCIA NRO. (Informar dígito se existir)		D/V CONTA NRO. (Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

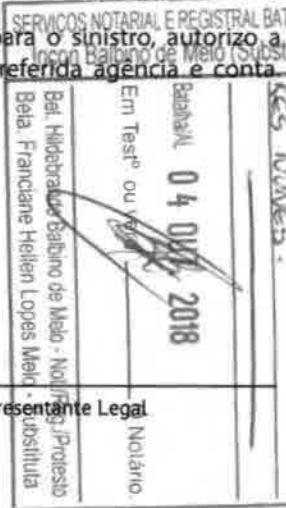


MARIA ROSINEIDE SOARES NUNES, 04 de OUTUBRO de 2018
Local e Data

MARIA ROSINEIDE SOARES NUNES

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal





Av. Fernando Lima, Nº 1349 - Glória de Lourdes - CEP 57032-902
MACEIÓ-AL - CEP: 57032-902
MACEIÓ-AL - CEP: 57032-902
MACEIÓ-AL - CEP: 57032-902

Para contato com a
Eletrobras, informe
este NÚMERO

Nº da Nota Fiscal

008260893

A Tabela Tabela de Energia Elétrica - TEEI - é fornecida
pela Lei nº 10.438 de 24 de abril de 2002.

JULHO/2018 01/08/2018 CONSUMO 30 TOTAL A PAGAR 25,08

MARIA ROSINEIDE SOARES MUNES
R JOSE LOIZ MELO 79 NOVO HORIZONTE
57.420-000 - BATALHA

ROT: 019.10.002.000156

DADOS DA LEITURA	DATA DA LEITURA
Atual: 1872	20/07/2018
Anterior: 1.000	22/06/2018
Exatidão de Medição: 0	24/08/2018
Consumo Medido: 30	24/01/2018
Consumo Faturado: MINIMO	25/07/2018
	33

RESIDENCIAL MONO E2377245 1.1.1.1 13

HISTÓRICO DE LEITURAS	CONSUMO	VALOR
JUN/18 0	30	18,16
MAR/18 0	30	18,16
ABR/18 0	30	18,16
MAR/18 0	30	18,16
FEV/18 0	30	18,16
JAN/18 0	30	18,16
DEZ/17 0	30	18,16
NOV/17 0	30	18,16
OUT/17 0	30	18,16
SET/17 0	30	18,16
AGO/17 52	30	18,16
JUL/17 107	30	18,16

SERVIÇOS NOTARIAL E REGISTRAL BATALHA-AL AUTENTICAÇÃO

O presente é cópia fiel do original dou fé

Batalha/AL 04 OUT. 2018

Em Teste, ou Verbo O Notário.

Rei Hildebrando Balthazar de Melo - Not. Reg. Protesto

Lopes Melo - Substituta

08/18 08/18 08/18 08/18 08/18 08/18 08/18 08/18 08/18 08/18

REAVISO DE VENCIMENTO DE CONTA
Em 24/07/2018, apuramos o débito abaixo. O não pagamento sujeita
para a suspensão do fornecimento a partir de 09/08/2018.
Existem outras 002 contas já reavisadas no valor de R\$ 13,16
que poderão levar a suspensão imediata do fornecimento.
Caso o pagamento já tenha sido efetuado, favor desconsiderar
reaviso.
LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28



RESERVADO AO FISCO F825.185C.6265.0450.53DA.3C1E.43A3.8D8A

COPILACÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TAJUNTOS - R\$	
Distribuição:	16,99	Base de Cálculo:	
Energia:	0,00	Alíquota ICMS:	
Transmissão:	0,00	Valor do ICMS:	1,16% 0,21
Encargos:	0,00	Valor do PIS:	5,33% 0,96
Tributos:	1,17	Valor do COPING:	

RELEVÂNCIAS DE CONTABILIDADE							
	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO
Limites	5,79	11,58	23,16	3,61	7,22	14,45	3,37
Reserva	0,00			0,00			0,00
Contas	SE JACARE DOS HOM				05/2018		8,00

DEPARTAMENTOS DE SINISTROS
DPVAT
CONTEUDO NÃO VERIFICADO

05 OUT 2018

GENTE SEGURADORA S/A
Av. Paz, 1884, Loja 17-MACEIÓ-AL

**DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o **SAC DPVAT** 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECASWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF²**.

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu SAULO VASCO DE FARIAS SILVA inscrito (a) no CPF 973.771.633 / 72, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário MARIA ROSINEIDE FARIAS NUNES inscrito (a) no CPF sob o Nº 332.809.325 / 72, do sinistro de DPVAT cobertura INVALIDEZ da Vítima MARIA ROSINEIDE FARIAS NUNES, inscrito (a) no CPF sob o Nº 332809325 / 72, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☒ Declaro Profissão: MOVIMENTO Renda: RUIM e apresento os documentos comprobatórios:

RUIM

☐ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>AV. GUSTAVO PAIVA, 249, CDF. JARUA, BL. 10, APT 104</u>		Número <u>249</u>	Complemento <u>RES. JACARECICA</u>
Barro <u>JACARECICA</u>	Cidade <u>MARILIO</u>	Estado <u>SP</u>	CEP
Email <u>SAULDOFARIAS@HOTMAIL.COM</u>		Telefone comercial(DDD)	Telefone celular (DDD) <u>82.99992-3905</u>

MARILIO, 05 de outubro de 2018

Local e Data


Assinatura do Declarante



Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Batalha
Avenida Rotary, 205, São José - CEP 57420-000, Fone: 3531-1481, Batalha-AL - E-mail:
batalha@tjal.jus.br

Autos nº 0700350-56.2018.8.02.0204

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Maria Rosineide Soares Pereira

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

DESPACHO

O autor requer a suspensão do processo pelo prazo de 90 (noventa) dias – fl.36.

É o que basta relatar. Decido.

Com base no art.313, II, do CPC/2015, a suspensão processual é medida admitida quando convencionada pelas partes. No caso dos autos, apesar de ainda não citado o demandado, o autor requer a referida suspensão, de modo que não há óbice ao deferimento do pedido, razão pela qual determino a suspensão deste processo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Intime-se a autora, por seu advogado, pelo Dje, para que, decorrido o prazo acima mencionado, impulsione o feito independentemente de nova intimação.

Cumpra-se.

Batalha (AL), quarta-feira, 24 de outubro de 2018.

Amine Mafra Chukr Conrado
Juíza de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0382/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Saulo Vasco de Farias Silva (OAB 13249/AL)	D.J
Nara Lúcia Trevisan Gandolfo (OAB 6535B/AL)	D.J
Isaura Cleide Laurino de Omena (OAB 4172/AL)	D.J

Teor do ato: "Com base no art.313, II, do CPC/2015, a suspensão processual é medida admitida quando convencionada pelas partes. No caso dos autos, apesar de ainda não citado o demandado, o autor requer a referida suspensão, de modo que não há óbice ao deferimento do pedido, razão pela qual determino a suspensão deste processo pelo prazo de 90 (noventa) dias. Intime-se a autora, por seu advogado, pelo Dje, para que, decorrido o prazo acima mencionado, impulsione o feito independentemente de nova intimação. Cumpra-se."

Batalha, 25 de outubro de 2018.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0382/2018, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 26/10/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 30/10/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.

02/11/2018 - Finados - Prorrogação
15/11/2018 - Proclamação da República - Prorrogação
20/11/2018 - Antecipação - Morte do Líder Negro Zumbi dos Palmares - Prorrogação
08/12/2018 - Dia de N. Senhora da Imaculada Conceição e Dia da Justiça - Prorrogação
20/12/2018 à 20/01/2019 - LEI Nº 6.564, DE 5 DE JANEIRO DE 2005. - Suspensão
04/03/2019 - Carnaval - Prorrogação
05/03/2019 - Carnaval - Prorrogação
06/03/2019 - Carnaval - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Saulo Vasco de Farias Silva (OAB 13249/AL)	90	11/04/2019
Nara Lúcia Trevisan Gandolfo (OAB 6535B/AL)	90	11/04/2019
Isaura Cleide Laurino de Omena (OAB 4172/AL)	90	11/04/2019

Teor do ato: "Com base no art.313, II, do CPC/2015, a suspensão processual é medida admitida quando convencionada pelas partes. No caso dos autos, apesar de ainda não citado o demandado, o autor requer a referida suspensão, de modo que não há óbice ao deferimento do pedido, razão pela qual determino a suspensão deste processo pelo prazo de 90 (noventa) dias. Intime-se a autora, por seu advogado, pelo Dje, para que, decorrido o prazo acima mencionado, impulsione o feito independentemente de nova intimação. Cumpra-se."

Batalha, 27 de outubro de 2018.

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE
BATALHA/AL**

PROCESSO: 0700350-56.2018.8.02.0204

REF.: PRORROGAÇÃO DO SOBRESTAMENTO

MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe vem à presença de Vossa Excelência requerer a prorrogação do sobrestamento do feito, uma vez que a seguradora apontou pendência em relação ao BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme carta de exigência anexa.

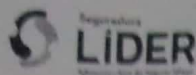
Neste sentido, a autora está providenciando a complementação da documento junto à seguradora.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

Maceió/AL, 21 de fevereiro de 2019.

Saulo Vasco de Farias

OAB/AL 13.249



Rio de Janeiro, 11 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA
Nº Sinistro: 3180470883
Vítima: MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA
Data do Acidente: 06/10/2015
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: SAULO VASCO DE FARIAS SILVA MOURA

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3180470883**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Boletim de ocorrência não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **GENTE SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00931/00932 - carta_03 - INVALIDEZ

00050466

Carta nº 13469039



Juízo de Direito Vara do Único Ofício de Batalha
Avenida Rotary, 205, São José - CEP 57420-000, Fone: 3531-1481, Batalha-AL - E-mail: batalha@tjal.jus.br

Autos nº 0700350-56.2018.8.02.0204

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Maria Rosineide Soares Pereira

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

CERTIDÃO

Certifico que, conforme despacho, estes autos ficam SUSPENSOS pelo prazo de 90(noventa) dias. Nada mais a certificar.

Batalha, 26 de fevereiro de 2019.

Karla Tatiana Silva Gomes
Analista Judicial

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0078/2019, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Saulo Vasco de Farias Silva (OAB 13249/AL)	D.J
Nara Lúcia Trevisan Gandolfo (OAB 6535B/AL)	D.J
Isaura Cleide Laurino de Omena (OAB 4172/AL)	D.J

Teor do ato: "Conforme Despacho de página 43 dos autos."

Batalha, 26 de fevereiro de 2019.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0078/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 27/02/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 01/03/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
04/03/2019 - Carnaval - Prorrogação
05/03/2019 - Carnaval - Prorrogação
06/03/2019 - Carnaval - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Saulo Vasco de Farias Silva (OAB 13249/AL)	5	12/03/2019
Nara Lúcia Trevisan Gandolfo (OAB 6535B/AL)	5	12/03/2019
Isaura Cleide Laurino de Omena (OAB 4172/AL)	5	12/03/2019

Teor do ato: "Conforme Despacho de página 43 dos autos."

Batalha, 27 de fevereiro de 2019.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE VARA ÚNICA DA
CIDADE DE BATALHA/AL**

Processo nº 0700350-56.2018.8.02.0204

Ref.: PEDIDO DE ANDAMENTO DO FEITO

MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe vem à presença de Vossa Excelência que apesar de ter fornecido toda a documentação necessária e até o presente momento não há resposta, conforme verifica-se ao consultar o processo administrativo, em anexo.

Disponível no endereço eletrônico:
<https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo>, acessado em:
08/10/2019 às 12:34.

Dessa forma, requer-se o andamento do feito, uma vez que mesmo diante a ausência do indeferimento há inércia na apreciação do requerimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Maceió/AL, 08 de outubro de 2019.

Saulo Vasco de Farias

OAB/AL 13.249



(/)



Buscar no site



Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE



(/Pages
/Acessibilidade.aspx)



(/Pages

/Atalhos-de-
Teclado.aspx)

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas
Médicas (/Pages
/Documentacao-
Despesas-
Medicas.aspx)

Documentos Invalidez
Permanente (/Pages
/Documentacao-
Invalidez-
Permanente.aspx)

Documentos Morte
(/Pages
/Documentacao-
Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis
(/Pages/Dicas-
Indispensaveis-Para-
Pedir-
a-Indenizacao.aspx)

- ☒ Com número de sinistro ☐ Sem número de sinistro

Em caso de consulta sem número de sinistro, o beneficiário não poderá consultar mais de um processo por vez.

Número do sinistro:

318470883

CPF do beneficiário ou do representante legal:

33280932572



Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuos.aspx)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



([https://itunes.apple.com/us/app](https://itunes.apple.com/us/app/seguir-seguro-dpva/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)

/seguir-seguro-dpva/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



([https://play.google.com/store](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpva.plataforma-digital)

/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpva.plataforma-digital)

ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

Serviços

- (<https://www.seguradoralider.com.br>)
- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
 - (<https://www.seguradoralider.com.br>)
 - › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
 - › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento.aspx)
 - › Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuos.aspx)
 - › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
 - › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
 - › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-denuncias)

- Atendimento)
 - › Dicionário do Seguro Denuncias)
- › Como Pedir
 - DPVAT (/Seguro-
 - › Mapa do Site (/Mapa-
 - Indenização (/Seguro-
 - DPVAT/Dicionario-do-
 - do-Site)
 - DPVAT/Como-Pedir-
 - › Consumidor.gov
 - Indenizacao)
 - › Perguntas Frequentes (https://www.consumidor.gov.br
 - (/Seguro-
 - /pages/principal
 - DPVAT/Perguntas%20Frequentes

Termos de uso e política de privacidade (/Pages/Termos-de-Uso.aspx)





Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Batalha
Avenida Rotary, 205, São José - CEP 57420-000, Fone: 3531-1481, Batalha-AL - E-mail: batalha@tjal.jus.br

Autos nº 0700350-56.2018.8.02.0204

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Maria Rosineide Soares Pereira

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

DESPACHO

Considerando que não há como dar prosseguimento ao feito sem a comprovação de que foi formalizado requerimento administrativo e qual o resultado deste, nos termos da decisão de fls. 31/33, indefiro o pleito de fl. 51.

Ato contínuo, intime-se a parte autora, por meio de seus advogados habilitados, via DJe, a fim de que colacione aos autos a resposta do processo administrativo em questão, no prazo de 5(cinco) dias.

Após, com manifestação, autos conclusos na fileira "Concluso/Ato Inicial".
No silêncio, fila de Sentença.

Cumpra-se.

Batalha(AL), 04 de março de 2020.

Nathallye Costa Alcântara de Oliveira
Juíza de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0113/2020, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Saulo Vasco de Farias Silva (OAB 13249/AL)	D.J
Nara Lúcia Trevisan Gandolfo (OAB 6535B/AL)	D.J
Isaura Cleide Laurino de Omena (OAB 4172/AL)	D.J

Teor do ato: "Autos nº 0700350-56.2018.8.02.0204 Ação: Procedimento Ordinário Autor: Maria Rosineide Soares Pereira Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. DESPACHO Considerando que não há como dar prosseguimento ao feito sem a comprovação de que foi formalizado requerimento administrativo e qual o resultado deste, nos termos da decisão de fls. 31/33, indefiro o pleito de fl. 51. Ato contínuo, intime-se a parte autora, por meio de seus advogados habilitados, via DJe, a fim de que colacione aos autos a resposta do processo administrativo em questão, no prazo de 5(cinco) dias. Após, com manifestação, autos conclusos na fileira "Concluso/Ato Inicial". No silêncio, fila de Sentença. Cumpra-se. Batalha(AL), 04 de março de 2020. Nathallye Costa Alcântara de Oliveira Juíza de Direito"

Batalha, 5 de março de 2020.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0113/2020, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 06/03/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 10/03/2020, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Saulo Vasco de Farias Silva (OAB 13249/AL)	5	16/03/2020
Nara Lúcia Trevisan Gandolfo (OAB 6535B/AL)	5	16/03/2020
Isaura Cleide Laurino de Omena (OAB 4172/AL)	5	16/03/2020

Teor do ato: "Autos nº 0700350-56.2018.8.02.0204 Ação: Procedimento Ordinário Autor: Maria Rosineide Soares Pereira Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. DESPACHO Considerando que não há como dar prosseguimento ao feito sem a comprovação de que foi formalizado requerimento administrativo e qual o resultado deste, nos termos da decisão de fls. 31/33, indefiro o pleito de fl. 51. Ato contínuo, intime-se a parte autora, por meio de seus advogados habilitados, via DJe, a fim de que colacione aos autos a resposta do processo administrativo em questão, no prazo de 5(cinco) dias. Após, com manifestação, autos conclusos na fileira "Concluso/Ato Inicial". No silêncio, fila de Sentença. Cumpra-se. Batalha(AL), 04 de março de 2020. Nathallye Costa Alcântara de Oliveira Juíza de Direito"

Batalha, 7 de março de 2020.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE VARA ÚNICA
DA CIDADE DE BATALHA/AL**

Processo nº 0700350-56.2018.8.02.0204

Ref.: PEDIDO DE ANDAMENTO DO FEITO

MARIA ROSINEIDE SOARES PEREIRA, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe vem à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado devidamente constituído, em atendimento ao Despacho retro informar e requerer o seguinte.

Douto Julgador, em consulta ao resultado da análise realizada no dia 10/03/2020 às 16:11:30, no endereço eletrônico <https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo>, percebe-se que até o presente momento não resposta quando ao pedido administrativo formulado pela autora, conforme telas abaixo, vejamos:

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE

☒ Com número de sinistro ☐ Sem número de sinistro

Em caso de consulta sem número de sinistro, o beneficiário não poderá consultar mais de um processo por vez.

Número do sinistro:

CPF do beneficiário ou do representante legal:

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas

Documentos Invalidez Permanente

Documentos Morte

Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Como Pagar

Formas de Pagamentos

ACOMPANHE O PROCESSO

Horário de Brasília

Acerte seu relógio com o horário de Brasília, a hora oficial do Brasil

Terça-feira, 10 de março de 2020

16:11:30

A hora certa é sincronizada e atualizada automaticamente. Não é necessário recarregar a página.

[Comente sobre o horário de verão e vote na enquete](#)

Brasil (UTC-3) - Horário de Brasília, a hora oficial do Brasil • Terça-feira, 10 de março de 2020

© 2020 - Horariodebrasil.org

US Time • Enem • Contato

Ademais, na consulta permanece a informação de que o prazo para parecer final é de até 30 dias a contar da data da documentação completa, ora, toda a documentação fora devidamente entregue, conforme protocolo datado de 05/10/2018 de fls. 37 *usque* 42.

Diante do exposto, a autora não tem como juntar a negativa do requerimento administrativo, uma vez que a seguradora não exarou sua decisão administrativa, porquanto fica impedida de juntar tal documento.

Assim sendo, reitera o pedido de andamento do feito, uma vez que mesmo diante a ausência do indeferimento, há inércia na apreciação do requerimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Maceió/AL, 10 de março de 2020.

Saulo Vasco de Farias

OAB/AL 13.249



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Batalha
Avenida Rotary, 205, São José - CEP 57420-000, Fone: 3531-1481, Batalha-AL - E-
mail: batalha@tjal.jus.br

Autos nº: 0700350-56.2018.8.02.0204

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Maria Rosineide Soares Pereira

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

DECISÃO

Compulsando os autos, observa-se que às fls. 31/33, foi determinado que a parte requerente acostasse a comprovação de requerimento e a negativa do pleito de pagamento do seguro DPVAT, por motivo de acidente, por parte da Seguradora, na seara administrativa.

Contudo, não se ouvida que tal exigência de comprovação de requerimento administrativo é formalidade exagerada, na contramão do princípio da inafastabilidade da jurisdição (artigo 5º, inciso XXXV, da CF), não sendo outro entendimento da jurisprudência dominante dos Tribunais Pátrios, inclusive do nosso Tribunal de Justiça de Alagoas, conforme se afere dos seguintes votos. Observe-se:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. MORTE EM RAZÃO DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ANTE A AUSÊNCIA DE PRÉVIA REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA, INÉPCIA DA INICIAL, CARÊNCIA DA AÇÃO E AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. REJEITADAS. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE EVENTO MORTE E ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DEVER DE INDENIZAÇÃO CARACTERIZADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Apelação n. 0700200-18.2017.8.02.0008. Assunto: Seguro. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Alcides Gusmão da Silva. Data do Julgamento: 6.3.2020. Data da Publicação: 7.3.2020. DESTAQUEI

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADA. SOLIDARIEDADE PASSIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Batalha

Avenida Rotary, 205, São José - CEP 57420-000, Fone: 3531-1481, Batalha-AL - E-mail: batalha@tjal.jus.br

ADMINISTRATIVO. REJEITADA. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ART. 5ª, XXXV DA CF/88. ARGUIÇÃO DE PRESCRIÇÃO. REJEITADA. PRAZO PRESCRICIONAL QUE SE INICIA A PARTIR DA DATA DO CONHECIMENTO INEQUÍVOCO DA INVALIDEZ PERMANENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO DANO/ACIDENTE. SÚMULA 43 DO STJ. ÍNDICE APLICADO ENTRE O INTERVALO DE INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO E O MARCO INICIAL DOS JUROS. INPC/IGBE. A PARTIR DA CITAÇÃO. INÍCIO DOS JUROS MORATÓRIOS, APENAS, TAXA SELIC. ACÚMULO DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNANIMIDADE. Apelação n. 0006207-58.2010.8.02.0058. Assunto: Seguro. Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível. Relator: Des. Otávio Leão Praxedes. Data do Julgamento: 12.2.2020. Data da Publicação: 12.2.2020. DESTAQUEI

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. SINISTRO NÃO CONCLUÍDO EM RAZÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR EXIGIDA PELA SEGURADORA. INTERESSE PROCESSUAL EVIDENCIADO. SENTENÇA CASSADA. CAUSA MADURA. JULGAMENTO PELO COLEGIADO. POSSIBILIDADE. ART. 1.013, § 3º, I, DO CPC. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA ATESTADA POR LAUDO PERICIAL. COBERTURA DEVIDA. QUANTUM INDENITÁRIO. LESÃO NO OMBRO DIREITO QUANTIFICADA EM GRAU MÉDIO. SÚMULA 474 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC DESDE O EVENTO DANOSO (SÚMULA N. 580 DO STJ). JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA CITAÇÃO (SÚMULA N. 426 DO STJ). ÔNUS SUCUMBENCIAL INVERTIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-SC - AC: 03063013620178240005 Balneário Camboriú 0306301-36.2017.8.24.0005, Relator: Paulo Ricardo Bruschi, Data de Julgamento: 25/04/2019, Primeira Câmara de Direito Civil) DESTAQUEI

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SEGURO DPVAT. ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA DESDE EVENTO DANOSO. SÚMULA 580/STJ. RECURSO CONHECIDO E



Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Batalha
Avenida Rotary, 205, São José - CEP 57420-000, Fone: 3531-1481, Batalha-AL - E-mail: batalha@tjal.jus.br

PARCIALMENTE PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM); - É desnecessário o prévio esgotamento da via administrativa como condição para o beneficiário ingressar em juízo pleiteando o recebimento da indenização relativa ao seguro DPVAT. Princípio da inafastabilidade jurisdicional (art. 5.º, XXXV, da Constituição da República); - O art. 5.º, caput, da lei n.º 6194/74 determina que o pagamento do seguro DPVAT será devido mediante a prova do acidente e da lesão dele decorrente, sendo dispensável, portanto, o requerimento administrativo para a propositura da ação de Cobrança - Recurso conhecido e provido em consonância com o Parecer Ministerial - Quanto à correção monetária aplicase desde data da acidente, a teor da Súmula 580 do STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso" - Impõe-se a reforma da decisão impugnada apenas no que diz respeito à correção monetária, cujo termo inicial deve ser o evento danoso, nos moldes preconizados pela Súmula 580/STJ; - Sentença reformada parcialmente; - Recurso conhecido e parcialmente provido em consonância com o Parecer Ministerial. (TJ-AM - AC: 06200467720178040001 AM 0620046-77.2017.8.04.0001, Relator: Anselmo Chixaro, Data de Julgamento: 29/07/2019, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 30/07/2019) DESTAQUEI

Por tal razão, preenchidos os requisitos dos artigos 319 e 320 do CPC, recebo a inicial.

Acrescente-se que, no caso dos autos, já houve decisão quanto à assistência judiciária gratuita, conforme fls. 31/33.

Ato contínuo, cite-se a parte requerida para, querendo, contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias, ciente que, se não o fizer, será considerada revel e presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

Juízo de Direito - Vara do Único Ofício de Batalha
Avenida Rotary, 205, São José - CEP 57420-000, Fone: 3531-1481, Batalha-AL - E-mail: batalha@tjal.jus.br

(art. 344 do CPC), salvo se o contrário resultar das provas carreadas aos autos.

Antecipo a perícia, a fim de que, em eventual audiência, o processo já contenha todos os elementos probatórios, possibilitando melhor oitiva de testemunhas e prolação de sentença.

Nomeio Djalma Olímpio Maia Sant'ana, CRM/AL – 5125, devendo ser intimado através do e-mail djalmamaiasantana@gmail.com, telefone (11) 96463-4771, como perito judicial, o qual deve responder no prazo de 05 (cinco) dias, sobre sua nomeação, ressalvando-se, desde já, que qualquer escusa deverá, necessariamente, apresentar motivo legítimo. Na resposta, poderá o perito, de imediato, informar possível data para realização da perícia.

Considerando o art. 465, §1º, intinem-se as partes da nomeação do perito para, querendo, arguir o impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, prazo 15 dias. Os assistentes técnicos são de confiança das partes, não sujeitos a impedimentos ou suspeições (CPC, art. 463). Os assistentes oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias após a apresentação do laudo do Perito Oficial (CPC, art. 477, §1º).

Com a resposta, autos conclusos na fila de Despacho.

Intime-se a parte autora dessa decisão, por meio de advogado constituído, via DJe.

Demais expedientes necessários.

Cumpra-se.

Batalha, 24 de março de 2020.

Nathallye Costa Alcântara de Oliveira
Juíza de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0131/2020, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Saulo Vasco de Farias Silva (OAB 13249/AL)	D.J
Nara Lúcia Trevisan Gandolfo (OAB 6535B/AL)	D.J
Isaura Cleide Laurino de Omena (OAB 4172/AL)	D.J

Teor do ato: "Autos nº: 0700350-56.2018.8.02.0204 Ação: Procedimento Ordinário Autor: Maria Rosineide Soares Pereira Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. DECISÃO Compulsando os autos, observa-se que às fls. 31/33, foi determinado que a parte requerente acostasse a comprovação de requerimento e a negativa do pleito de pagamento do seguro DPVAT, por motivo de acidente, por parte da Seguradora, na seara administrativa. Contudo, não se ouvida que tal exigência de comprovação de requerimento administrativo é formalidade exagerada, na contramão do princípio da inafastabilidade da jurisdição(artigo 5º, inciso XXXV, da CF), não sendo outro entendimento da jurisprudência dominante dos Tribunais Pátrios, inclusive do nosso Tribunal de Justiça de Alagoas, conforme se afere dos seguintes votos. Observe-se: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. MORTE EM RAZÃO DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ANTE A AUSÊNCIA DE PRÉVIA REQUISICÃO ADMINISTRATIVA. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA, INÉPCIA DA INICIAL, CARÊNCIA DA AÇÃO E AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. REJEITADAS. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE EVENTO MORTE E ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DEVER DE INDENIZAÇÃO CARACTERIZADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Apelação n. 0700200-18.2017.8.02.0008. Assunto: Seguro. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Alcides Gusmão da Silva. Data do Julgamento: 6.3.2020. Data da Publicação: 7.3.2020.DESTAQUEI APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADA. SOLIDARIEDADE PASSIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. REJEITADA. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ART. 5ª, XXXV DA CF/88. ARGUIÇÃO DE PRESCRIÇÃO. REJEITADA. PRAZO PRESCRICIONAL QUE SE INICIA A PARTIR DA DATA DO CONHECIMENTO INEQUÍVOCO DA INVALIDEZ PERMANENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO DANO/ACIDENTE. SÚMULA 43 DO STJ. ÍNDICE APLICADO ENTRE O INTERVALO DE INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO E O MARCO INICIAL DOS JUROS. INPC/IGBE. A PARTIR DA CITAÇÃO. INÍCIO DOS JUROS MORATÓRIOS, APENAS, TAXA SELIC. ACÚMULO DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNANIMIDADE. Apelação n. 0006207-58.2010.8.02.0058. Assunto: Seguro. Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível. Relator: Des. Otávio Leão Praxedes. Data do Julgamento: 12.2.2020. Data da Publicação: 12.2.2020. DESTAQUEI APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. SINISTRO NÃO CONCLUÍDO EM RAZÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR EXIGIDA PELA SEGURADORA. INTERESSE PROCESSUAL EVIDENCIADO. SENTENÇA CASSADA. CAUSA MADURA. JULGAMENTO PELO COLEGIADO. POSSIBILIDADE. ART. 1.013, § 3º, I, DO CPC. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA ATESTADA POR LAUDO PERICIAL. COBERTURA DEVIDA. QUANTUM INDENITÁRIO. LESÃO NO OMBRO DIREITO QUANTIFICADA EM GRAU MÉDIO. SÚMULA 474 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC DESDE O EVENTO DANOSO (SÚMULA N. 580 DO STJ). JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA CITAÇÃO (SÚMULA N. 426 DO STJ). ÔNUS SUCUMBENCIAL INVERTIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-SC - AC: 03063013620178240005 Balneário Camboriú 0306301-36.2017.8.24.0005, Relator: Paulo Ricardo Bruschi, Data de Julgamento: 25/04/2019, Primeira Câmara de Direito Civil) DESTAQUEI APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SEGURO DPVAT. ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA DESDE EVENTO DANOSO. SÚMULA 580/STJ. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO EM

CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM); - É desnecessário o prévio esgotamento da via administrativa como condição para o beneficiário ingressar em juízo pleiteando o recebimento da indenização relativa ao seguro DPVAT. Princípio da inafastabilidade jurisdicional (art. 5.º, XXXV, da Constituição da República); - O art. 5.º, caput, da lei n.º 6194/74 determina que o pagamento do seguro DPVAT será devido mediante a prova do acidente e da lesão dele decorrente, sendo dispensável, portanto, o requerimento administrativo para a propositura da ação de Cobrança - Recurso conhecido e provido em consonância com o Parecer Ministerial - Quanto á correção monetária aplicase desde data da acidente, a teor da Súmula 580 do STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso" - Impõe-se a reforma da decisão impugnada apenas no que diz respeito à correção monetária, cujo termo inicial deve ser o evento danoso, nos moldes preconizados pela Súmula 580/STJ; - Sentença reformada parcialmente; - Recurso conhecido e parcialmente provido em consonância com o Parecer Ministerial. (TJ-AM - AC: 06200467720178040001 AM 0620046-77.2017.8.04.0001, Relator: Anselmo Chixaro, Data de Julgamento: 29/07/2019, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 30/07/2019) DESTAQUEI Por tal razão, preenchidos os requisitos dos artigos 319 e 320 do CPC, recebo a inicial. Acrescente-se que, no caso dos autos, já houve decisão quanto à assistência judiciária gratuita, conforme fls. 31/33. Ato contínuo, cite-se a parte requerida para, querendo, contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias, ciente que, se não o fizer, será considerada revel e presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial (art. 344 do CPC), salvo se o contrário resultar das provas carreadas aos autos. Antecipo a perícia, a fim de que, em eventual audiência, o processo já contenha todos os elementos probatórios, possibilitando melhor oitiva de testemunhas e prolação de sentença. Nomeio Djalma Olímpio Maia Sant'ana, CRM/AL 5125, devendo ser intimado através do e-mail djalmamaiasantana@gmail.com, telefone (11) 96463-4771, como perito judicial, o qual deve responder no prazo de 05 (cinco) dias, sobre sua nomeação, ressaltando-se, desde já, que qualquer escusa deverá, necessariamente, apresentar motivo legítimo. Na resposta, poderá o perito, de imediato, informar possível data para realização da perícia. Considerando o art. 465, §1º, intemem-se as partes da nomeação do perito para, querendo, arguir o impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, prazo 15 dias. Os assistentes técnicos são de confiança das partes, não sujeitos a impedimentos ou suspeições (CPC, art. 463). Os assistentes oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias após a apresentação do laudo do Perito Oficial (CPC, art. 477, §1º). Com a resposta, autos conclusos na fila de Despacho. Intime-se a parte autora dessa decisão, por meio de advogado constituído, via DJe. Demais expedientes necessários. Cumpra-se. Batalha , 24 de março de 2020. Nathallye Costa Alcântara de Oliveira Juíza de Direito"

Batalha, 25 de março de 2020.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0131/2020, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 26/03/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 05/05/2020, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Saulo Vasco de Farias Silva (OAB 13249/AL)	5	11/05/2020
Nara Lúcia Trevisan Gandolfo (OAB 6535B/AL)	5	11/05/2020
Isaura Cleide Laurino de Omena (OAB 4172/AL)	5	11/05/2020

Teor do ato: "Autos nº: 0700350-56.2018.8.02.0204 Ação: Procedimento Ordinário Autor: Maria Rosineide Soares Pereira Réu: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. DECISÃO Compulsando os autos, observa-se que às fls. 31/33, foi determinado que a parte requerente acostasse a comprovação de requerimento e a negativa do pleito de pagamento do seguro DPVAT, por motivo de acidente, por parte da Seguradora, na seara administrativa. Contudo, não se ouvida que tal exigência de comprovação de requerimento administrativo é formalidade exagerada, na contramão do princípio da inafastabilidade da jurisdição (artigo 5º, inciso XXXV, da CF), não sendo outro entendimento da jurisprudência dominante dos Tribunais Pátrios, inclusive do nosso Tribunal de Justiça de Alagoas, conforme se afere dos seguintes votos. Observe-se: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. MORTE EM RAZÃO DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ANTE A AUSÊNCIA DE PRÉVIA REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE ATIVA, INÉPCIA DA INICIAL, CARÊNCIA DA AÇÃO E AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. REJEITADAS. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE EVENTO MORTE E ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DEVER DE INDENIZAÇÃO CARACTERIZADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Apelação n. 0700200-18.2017.8.02.0008. Assunto: Seguro. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Relator: Des. Alcides Gusmão da Silva. Data do Julgamento: 6.3.2020. Data da Publicação: 7.3.2020. DESTAQUEI APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADA. SOLIDARIEDADE PASSIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. REJEITADA. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ART. 5ª, XXXV DA CF/88. ARGUIÇÃO DE PRESCRIÇÃO. REJEITADA. PRAZO PRESCRICIONAL QUE SE INICIA A PARTIR DA DATA DO CONHECIMENTO INEQUÍVOCO DA INVALIDEZ PERMANENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO DANO/ACIDENTE. SÚMULA 43 DO STJ. ÍNDICE APLICADO ENTRE O INTERVALO DE INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO E O MARCO INICIAL DOS JUROS. INPC/IGBE. A PARTIR DA CITAÇÃO. INÍCIO DOS JUROS MORATÓRIOS, APENAS, TAXA SELIC. ACÚMULO DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNANIMIDADE. Apelação n. 0006207-58.2010.8.02.0058. Assunto: Seguro. Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível. Relator: Des. Otávio Leão Praxedes. Data do Julgamento: 12.2.2020. Data da Publicação: 12.2.2020. DESTAQUEI APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. SINISTRO NÃO CONCLUÍDO EM RAZÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR EXIGIDA PELA SEGURADORA. INTERESSE PROCESSUAL EVIDENCIADO. SENTENÇA CASSADA. CAUSA MADURA. JULGAMENTO PELO COLEGIADO. POSSIBILIDADE. ART. 1.013, § 3º, I, DO CPC. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA ATESTADA POR LAUDO PERICIAL. COBERTURA DEVIDA. QUANTUM INDENITÁRIO. LESÃO NO OMBRO DIREITO QUANTIFICADA EM GRAU MÉDIO. SÚMULA 474 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC DESDE O EVENTO DANOSO (SÚMULA N. 580 DO STJ). JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DA CITAÇÃO (SÚMULA N. 426 DO STJ). ÔNUS SUCUMBENCIAL INVERTIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-SC - AC: 03063013620178240005 Balneário Camboriú 0306301-36.2017.8.24.0005, Relator: Paulo Ricardo Bruschi, Data de Julgamento: 25/04/2019, Primeira Câmara de Direito Civil) DESTAQUEI APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SEGURO DPVAT. ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDA DESDE EVENTO DANOSO. SÚMULA 580/STJ. RECURSO CONHECIDO E

PARCIALMENTE PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM); - É desnecessário o prévio esgotamento da via administrativa como condição para o beneficiário ingressar em juízo pleiteando o recebimento da indenização relativa ao seguro DPVAT. Princípio da inafastabilidade jurisdicional (art. 5.º, XXXV, da Constituição da República); - O art. 5.º, caput, da lei n.º 6194/74 determina que o pagamento do seguro DPVAT será devido mediante a prova do acidente e da lesão dele decorrente, sendo dispensável, portanto, o requerimento administrativo para a propositura da ação de Cobrança - Recurso conhecido e provido em consonância com o Parecer Ministerial - Quanto á correção monetária aplicase desde data da acidente, a teor da Súmula 580 do STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso" - Impõe-se a reforma da decisão impugnada apenas no que diz respeito à correção monetária, cujo termo inicial deve ser o evento danoso, nos moldes preconizados pela Súmula 580/STJ; - Sentença reformada parcialmente; - Recurso conhecido e parcialmente provido em consonância com o Parecer Ministerial. (TJ-AM - AC: 06200467720178040001 AM 0620046-77.2017.8.04.0001, Relator: Anselmo Chixaro, Data de Julgamento: 29/07/2019, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 30/07/2019) DESTAQUEI Por tal razão, preenchidos os requisitos dos artigos 319 e 320 do CPC, recebo a inicial. Acrescente-se que, no caso dos autos, já houve decisão quanto à assistência judiciária gratuita, conforme fls. 31/33. Ato contínuo, cite-se a parte requerida para, querendo, contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias, ciente que, se não o fizer, será considerada revel e presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial (art. 344 do CPC), salvo se o contrário resultar das provas carreadas aos autos. Antecipo a perícia, a fim de que, em eventual audiência, o processo já contenha todos os elementos probatórios, possibilitando melhor oitiva de testemunhas e prolação de sentença. Nomeio Djalma Olímpio Maia Sant'ana, CRM/AL 5125, devendo ser intimado através do e-mail djalmaeiasantana@gmail.com, telefone (11) 96463-4771, como perito judicial, o qual deve responder no prazo de 05 (cinco) dias, sobre sua nomeação, ressaltando-se, desde já, que qualquer escusa deverá, necessariamente, apresentar motivo legítimo. Na resposta, poderá o perito, de imediato, informar possível data para realização da perícia. Considerando o art. 465, §1º, intemem-se as partes da nomeação do perito para, querendo, arguir o impedimento ou suspeição, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, prazo 15 dias. Os assistentes técnicos são de confiança das partes, não sujeitos a impedimentos ou suspeições (CPC, art. 463). Os assistentes oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias após a apresentação do laudo do Perito Oficial (CPC, art. 477, §1º). Com a resposta, autos conclusos na fila de Despacho. Intime-se a parte autora dessa decisão, por meio de advogado constituído, via DJe. Demais expedientes necessários. Cumpra-se. Batalha, 24 de março de 2020. Nathallye Costa Alcântara de Oliveira Juíza de Direito"

Batalha, 27 de março de 2020.

E-mail	Contatos	Agenda	Tarefas	Porta-arquivos	Preferências	Autos de 070035	
Fechar	Responder	Responder a todos	Encaminhar	Apagar	Spam		Ações

Autos de 0700350-56.2018

De: Forum de Batalha

Para: djalma santana

senha perito.pdf (224,2 KB) [Fazer download](#) | [Porta-arquivos](#) | [Remover](#)

decisão perito.pdf (1,8 MB) [Fazer download](#) | [Porta-arquivos](#) | [Remover](#)

[Fazer download de todos os anexos](#)

[Remover todos os anexos](#)

De Ordem da MM.Juíza de Direito desta Comarca de Batalha, fica Vossa Senhoria, INTIMADA(O) para no pr sobre sua nomeação como perito judicial nos autos de nº0700350-56.2018, conforme documentos decisão que

Karla Tatiana Silva Gomes
Analista Judicial

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito da Vara Cível do Único Ofício de Batalha - AL

DJALMA OLÍMPIO MAIA SANTANA, brasileiro, solteiro, RG nº 2000001106486, CPF nº 054859374- 46, inscrito no Conselho Regional de Medicina/ALAGOAS, sob o nº 5125, com escritório profissional na rua Barão José Miguel, nº 71, bairro Farol, na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas, vem, respeitosamente informar a vossa excelência, com fulcro no artigo 156, do código de processo civil, que aceita o encargo para o qual foi nomeado e fixa como proposta de honorários judiciais o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)

Considerando o Ato Normativo Conjunto Nº 04 de 18 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo corona vírus (COVID-19) e tendo em vista a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), informamos que ainda não dispomos de datas para a realização dos exames periciais. Neste sentido, aguardamos que a situação apresente comportamento estável para informar novas datas para os exames.

Nestes termos, pede deferimento.

Maceió - AL, 07 de maio de 2020



Dr. Djalma Olímpio Maia Santana

CRM: 5125/AL



**ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO**

Vara do Único Ofício de Batalha

Avenida Rotary, 205, São José - CEP 57420-000, Fone: 3531-1481, Batalha-AL - E-mail: batalha@tjal.jus.br

CARTA DE CITAÇÃO

Autos nº 0700350-56.2018.8.02.0204

Ação: Procedimento Ordinário

Autor: Maria Rosineide Soares Pereira

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Rua Da Assembleia, 100, 26º Andar, Centro

Rio de Janeiro-RJ

CEP 20011-904

Observação: A Senha de acesso ao processo encontra-se na parte inferior, junto a assinatura.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria **CITADO** de todos os termos da ação proposta pelo(s) demandante(s), qualificado(s) na exordial, para, na qualidade de **demandando(a)** contestar a presente ação no prazo legal de 15 (quinze) dias, ciente que, se não o fizer, será considerada revel e presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial (art. 344 do CPC), salvo se o contrário resultar das provas carreadas aos autos.

Batalha, 12 de maio de 2020. Karla Tatiana Silva Gomes - Analista Judicial.

Senha: Z7ggtk